Biblioteca DIGITAL CÂMARA

CÂMARA DOS DEPUTADOS

BIOMA CERRADO: PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS E PROPOSIÇÕES EM TRAMITAÇÃO

Roseli Senna Ganem

2011

Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados
Centro de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca
http://bd.camara.gov.br

"Dissemina os documentos digitais de interesse da atividade legislativa e da sociedade."

CONSULTORIA LEGISLATIVA

BIOMA CERRADO: PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS E PROPOSIÇÕES EM TRAMITAÇÃO

Roseli Senna Ganem
Consultora Legislativa da Área XI
Meio Ambiente e Direito Ambiental, Organização Territorial, Desenvolvimento Urbano e Regional

ESTUDO
NOVEMBRO/2011

Câmara dos Deputados
Praça 3 Poderes
Consultoria Legislativa
Anexo III - Térreo
Brasília - DF

SUMÁRIO

1. Introdução 3
2. Programas e projetos da União 3
3. Proposições 13
4. Considerações finais 13

© 2011 Câmara dos Deputados.
Todos os direitos reservados. Este trabalho poderá ser reproduzido ou transmitido na íntegra, desde que citados(as) o(a) autor(a) e a Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados. São vedadas a venda, a reprodução parcial e a tradução, sem autorização prévia por escrito da Câmara dos Deputados.

Este trabalho é de inteira responsabilidade de seu(sua) autor(a), não representando necessariamente a opinião da Câmara dos Deputados.

BIOMA CERRADO: PROJETOS DE LEI E PROJETOS GOVERNAMENTAIS EM CURSO

Roseli Senna Ganem

1. INTRODUÇÃO

Trata-se de estudo acerca de programas e projetos em curso no governo federal, bem como projetos de leis e outros tramitando na Câmara dos Deputados, que disponham sobre o Bioma Cerrado.

As informações relativas ao tópico que trata dos programas e projetos da União que tratam do bioma Cerrado foram extraídas da tese de doutorado "Políticas de conservação da biodiversidade e conectividade entre remanescentes de Cerrado"[1] e atualizadas com base em consultas ao sítio eletrônico do Ministério do Meio Ambiente[2]. Os dados sobre proposições em tramitação na Câmara dos Deputados sobre e bioma foram extraídos do sítio eletrônico da Câmara dos Deputados[3].

2. PROGRAMAS E PROJETOS DA UNIÃO

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) instituiu o Núcleo dos Biomas Cerrado e Pantanal (NCP) em 2004, no âmbito da Secretaria de Biodiversidade e Florestas, com a atribuição de articular a execução de iniciativas voltadas para a conservação e o uso sustentável desses biomas, bem como prestar apoio técnico e administrativo à Comissão Nacional do Programa Cerrado Sustentável (CONACER) e implantar e monitorar o Projeto Iniciativa GEF CERRADO, descrito adiante.

A Conacer foi criada pelo Decreto nº 5.577, de 8 de novembro de 2005, alterado pelo Decreto nº 7.302, de 15 de setembro de 2010. Tem como atribuições: acompanhar a implantação do Programa Cerrado Sustentável, da Política Nacional da Biodiversidade, da Política Nacional de Recursos Hídricos, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, a Política Nacional do Meio Ambiente, a Política Nacional de Controle da

[1] GANEM, ROSELI SENNA. Políticas de conservação da biodiversidade e conectividade entre remanescentes de Cerrado. Tese de doutorado: Universidade de Brasília/Centro de Desenvolvimento Sustentável. Brasília, 2007. http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/.../1/Tese_Roseli%20Senna.pdf.

[2] http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=201.

[3] http://www.camara.gov.br/sileg/default.asp. Acesso em 17 de novembro de 2011.

Desertificação e a Política Nacional sobre Mudança do Clima, no que se refere ao Cerrado; promover a integração de políticas setoriais relacionadas com o bioma; identificar a necessidade e sugerir ao MMA a criação ou alteração de instrumentos legais e de políticas adequadas à execução do Programa Cerrado Sustentável; identificar e propor áreas geográficas e ações prioritárias para a implantação do Programa Cerrado Sustentável; identificar, propor e estimular ações de capacitação de recursos humanos, fortalecimento institucional e sensibilização pública; propor critérios gerais de elaboração e seleção de projetos no âmbito do Programa Cerrado Sustentável.

- Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável do Bioma Cerrado

O Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável do Bioma Cerrado foi instituído pelo Decreto nº 5.577/2005, no âmbito do MMA. O Programa tem por fim "promover a conservação, a restauração, a recuperação e o manejo sustentável de ecossistemas do bioma Cerrado, bem como a valorização e o reconhecimento de suas populações tradicionais" (art. 1º). O Programa pretende desenvolver políticas socioeconômicas estruturantes, por meio das seguintes linhas de ação: a conservação *in situ*, o uso sustentável da biodiversidade, a gestão dos recursos hídricos, o apoio às comunidades tradicionais, o fomento à sustentabilidade da agropecuária e da silvicultura, a valorização do conhecimento e da informação, o monitoramento, o fortalecimento da legislação, a promoção dos instrumentos econômicos, o planejamento integrado e o fortalecimento institucional. Para implantação do Programa, foi firmada parceria com o Banco Mundial e o Global Environmental Fund (GEF) – Iniciativa GEF Cerrado.

- Política Nacional de Biodiversidade

A Política Nacional de Biodiversidade (PRONABIO) foi instituída pelo Decreto nº 4.339, de 22 de agosto de 2002. Ela estabelece diversas diretrizes concernentes à conservação *in situ*, ao uso sustentável, ao estímulo ao setor privado para a conservação, à mitigação dos impactos e à sensibilização da sociedade para a proteção da biodiversidade.

Em 2006, a Comissão Nacional de Biodiversidade - CONABIO- aprovou, por meio da Resolução nº 3, as Metas da Política Nacional de Biodiversidade para 2010, que estabeleceu como meta a proteção de pelo menos 30% da Amazônia e 10% dos demais biomas efetivamente conservados por UCs do Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

- Levantamento de Áreas Prioritárias para a Conservação

O levantamento das áreas prioritárias para a conservação teve por fim identificar as regiões onde o Poder Público deve, preferencialmente, concentrar as suas ações com vistas à conservação, bem como orientar as demais políticas públicas. O mapeamento permite visualizar não apenas as áreas mais conservadas, mas também as tendências de ocupação, onde as ações devem ser emergenciais.

Esse projeto teve início em 1998, quando foi feita a *Avaliação e Identificação das Áreas e Ações Prioritárias para a Conservação dos Biomas Brasileiros*. Uma atualização desse levantamento teve início em 2005. Adotou-se como base o Mapa de Biomas do Brasil do IBGE, de 2004. As Áreas Prioritárias para a Conservação foram oficializadas por meio da Portaria do MMA nº 126/2007.

Em relação ao Cerrado, foram excluídos os enclaves em outros biomas e foi incluída a região de ecótono entre Cerrado, Caatinga e Amazônia, até o litoral. Foram identificadas 431 áreas prioritárias, 250 das quais sendo áreas novas (37,58% da área do bioma) e 181 áreas já protegidas (8,21% da área do bioma). Todas as áreas selecionadas correspondem a 47,51% da extensão total do bioma. Esse número não corresponde exatamente à área do bioma em bom estado de conservação, pois abrange áreas a serem submetidas à recuperação ambiental.

- Levantamento da cobertura vegetal do Cerrado

O MMA lançou editais em 2004, para licitação de projetos de mapeamento da cobertura vegetal brasileira. O subprojeto do bioma Cerrado foi executado pelo Centro de Pesquisa Agropecuária do Cerrado (CPAC).

Conforme os resultados alcançados pelo levantamento em 2002, a cobertura vegetal nativa era de 60,42% do bioma, dos quais 36,73% correspondiam a vegetação nativa florestal (cerca de 752 mil km^2) e 23,68% a vegetação não florestal (cerca de 485 mil km^2). Excetuando-se as pastagens nativas, o percentual de cobertura vegetal de Cerrado desce para 46,74% da cobertura original [4].

Esses resultados geraram muitos questionamentos, tendo em vista levantamentos anteriores que apontaram uma perda maior do bioma. Entretanto, a comparação entre esses estudos é complexa, devido às diferentes metodologias empregadas.

Com apoio financeiro do Projeto PNUD/BRA/08/011, a Secretaria de Biodiversidade e Florestas (SBF), do MMA, instituiu o Projeto de Monitoramento do Desmatamento dos Biomas Brasileiros por Satélite (PMDBBS), entre os quais o Cerrado. A detecção dos desmatamentos cabe ao Centro de Sensoriamento Remoto do Ibama (CSR).

[4] MMA (Ministério do Meio Ambiente). Mapas de cobertura vegetal dos biomas brasileiros. Brasília: MMA. 2007.

Segundo dados desse Projeto, em 2009, o Cerrado apresentava uma área de cobertura vegetal nativa da ordem de 1.043.346 km², o equivalente a 51,16% da área do bioma[5]. Entre 2009 e 2010, a supressão de cobertura vegeta nativa atingiu 6.469 km², sendo que os Estados mais desmatados foram Maranhão e Piauí (Figura 1).

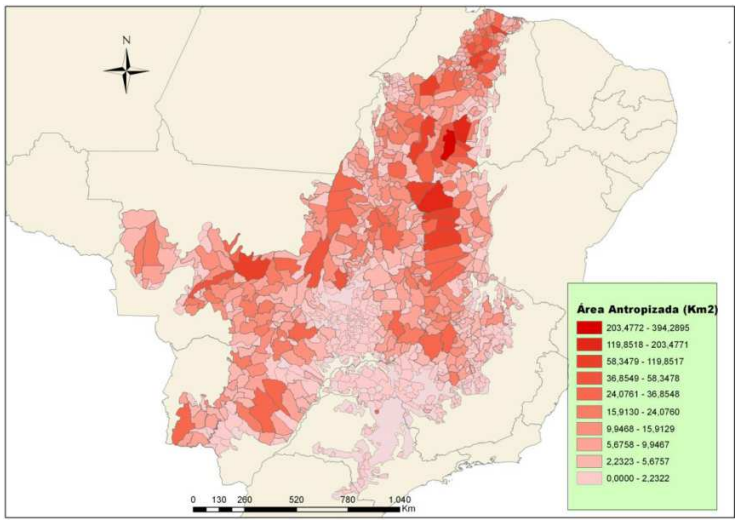


Figura 1. Distribuição espacial de vegetação nativa suprimida por município no período de 2009 a 2010.
Fonte: http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf_chm_rbbio/_arquivos/relatoriofinal_cerrado_2010_final_72_1.pdf. Acesso em 22 de novembro de 2011.

- Unidades de Conservação

A Tabela 1 apresenta as unidades de conservação (UCs) federais presentes no bioma Cerrado. A lista inclui cinco estações ecológicas, quinze parques nacionais, um refúgio de vida silvestre, uma reserva biológica, nove áreas de proteção ambiental, três áreas de relevante interesse ecológico, seis florestas nacionais e seis reservas extrativistas, totalizando 46 UCs e uma superfície de 5.969.650 ha, o que corresponde a aproximadamente 3% da área do bioma.

[5] http://siscom.ibama.gov.br/monitorabiomas/index.htm. Acesso em 22 de novembro de 2011.

Tabela 27. Unidades de conservação federais do Cerrado.

NOME	ÁREA (ha)	UF	ATO DE CRIAÇÃO	BIOMA
Estação Ecológica da Serra das Araras	29.741	MT	Decreto nº 87.222/1982	Cerrado
Estação Ecológica da Serra de Iquê	224.000	MT	Decreto nº 86.061/1981	Cerrado
Estação Ecológica de Pirapitinga	1.388	MG	Decreto nº 94.656/1987	Cerrado
Estação Ecológica de Uruçuí-Una	204.315	PI	Decreto nº 86.061/1981	Cerrado
Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins	715.448	TO	Decreto de 27.09.2001	Cerrado
Parque Nacional Cavernas do Peruaçu	56.649	MG	Decreto s/nº 21/09/1999	Ecótono Cerrado/Caatinga
Parque Nacional da Chapada das Mesas	160.000	MA	Decreto s/nº 12/12/2005.	Cerrado
Parque Nacional da Chapada Diamantina	152.574	BA	Decreto nº 91655/1985	Ecótono Cerrado/Caatinga/Mata Atlântica
Parque Nacional da Chapada dos Guimarães	32.776	MT	Decreto nº 97.656/1989	Cerrado
Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros	65.614	GO	Decreto s/nº 27/09/2001 (revogado) Decreto nº 99.279/1989 Decreto nº 86.596/1981 Decreto nº 70.492/1972 Decreto nº 49.875/1961	Cerrado
Parque Nacional da Serra da Bodoquena	77.232	MS	Decreto s/nº 21/09/2000	Cerrado
Parque Nacional da Serra da Canastra	198.380	MG	Decreto nº 70.355/1972	Cerrado
Parque Nacional da Serra das Confusões	526.105	PI	Decreto s/nº 02/10/1998	Ecótono Cerrado/Caatinga
Parque Nacional da Serra do Cipó	31.733	MG	Decreto nº 94.984/1987 Decreto nº 90.223/1984	Ecótono Cerrado/Mata Atlântica
Parque Nacional das Emas	133.064	GO	Decreto nº 70.375/1972 Decreto nº 49.874/1961	Cerrado
Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba	733.162	PI	Decreto s/nº 16/07/2002	Cerrado
Parque Nacional das Sempre Vivas	124.554	MG	Decreto s/nº 13/12/2002	Cerrado/Mata Atlântica
Parque Nacional de Brasília	~ 41.800	DF	Lei nº 11.285/2006 Decreto nº 241/1961	Cerrado
Parque Nacional do Araguaia	557.708	TO	Decreto nº 84.844/1980 Decreto nº 71.879/1973	Ecótono Cerrado/Amazônia

NOME	ÁREA (ha)	UF	ATO DE CRIAÇÃO	BIOMA
			Decreto nº 68.873/1971 Decreto nº 47.570/1959	
Parque Nacional Grande Sertão Veredas	231.668	MG	Decreto s/nº 21/5/2004 Decreto nº 97.658/1989	Cerrado
Refúgio da Vida Silvestre das Veredas do Oeste Baiano	128.521	BA	Decreto s/nº 13/12/2002	Cerrado
Reserva Biológica da Contagem	3.462	DF	Decreto s/nº 13/12/2002	Cerrado
Área de Proteção Ambiental Carste de Lagoa Santa	39.269	MG	Decreto nº 1876/1996 Decreto nº 98.881/1990	Cerrado
Área de Proteção Ambiental Cavernas do Peruaçu	91.043	MG	Decreto nº 98.182/1989	Caatinga, Ecótono Cerrado/ Caatinga
Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio Descoberto	32.836	DF	Decreto nº 88.940/1983	Cerrado
Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio São Bartolomeu	82.803	DF	Decreto nº 88.940/1983 Decreto nº 9.262/1996	Cerrado
Área de Proteção Ambiental das Nascentes do Rio Vermelho	176.961	GO	Decreto s/nº 27/09/2001	Cerrado
Área de Proteção Ambiental do Planalto Central	486.311	DF	Decreto s/nº 1/01/2002	Cerrado
Área de Proteção Ambiental Meandros do Rio Araguaia	358.717	GO	Decreto s/nº 02/10/1998	Cerrado
Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira	100.431	MG	Decreto nº 98.891/1990	Mata Atlântica/Cerrado
Área de Proteção Ambiental Serra da Tabatinga	35.327	PI	Decreto nº 99.278/1990	Cerrado
Área de Relevante Interesse Ecológico Capetinga/Taquara	2.050	DF	Decreto nº 91.303/1985	Cerrado
Área de Relevante Interesse Ecológico Matão de Cosmópolis	229	SP	Decreto nº 90.701/1985	Cerrado
Área de Relevante Interesse Ecológico de Santa Genebra	251	RJ	Dec nº 91.885/1985	Cerrado
Floresta Nacional da Mata Grande	2.009	GO	Decreto s/nº 13/10/2003	Cerrado
Floresta Nacional de Brasília	9.346	DF	Decreto s/nº 10/06/1999	Cerrado
Floresta Nacional de Capão Bonito	4.344	SP	Portaria nº 558/1968	Mata Atlântica/Cerrado
Floresta Nacional de Cristápolis	11.952	BA	Decreto s/nº 18/05/2001	Cerrado
Floresta Nacional de Paraopeba	200	MG	Portaria MAA nº 248/2001	Cerrado
Floresta Nacional de Silvânia	466	GO	Portaria MMA nº 247/2001	Cerrado. Antigo horto florestal de

NOME	ÁREA (ha)	UF	ATO DE CRIAÇÃO	BIOMA
				Goiás (GO)
Reserva Extrativista da Chapada Limpa	11.971	MA	Dec s/nº de 26 de setembro de 2007	Cerrado
Reserva Extrativista do Extremo Norte de Tocantins	9.164	TO	Decreto nº 535/1992	Ecótono Cerrado/Amazônia
Reserva Extrativista Mata Grande	12.977	MA	Decreto nº 532/1992	Ecótono Cerrado/Amazônia
Reserva Extrativista Marinha de Caeté Taperaçu	42.068	PA	Dec s/nº de 20 de maio de 2005	Ambiente costeiro
Reserva Extrativista Recanto das Araras de Terra Ronca	11.964	GO	Decreto s/nº 11/09/2006	Cerrado
Reserva Extrativista Lago do Cedro	17.337	GO	Decreto s/nº 11/09/2006	Cerrado

Fonte: GANEM, ROSELI SENNA. Políticas de conservação da biodiversidade e conectividade entre remanescentes de Cerrado. Tese de doutorado: Universidade de Brasília/Centro de Desenvolvimento Sustentável. Brasília, 2007. http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/.../1/Tese_Roseli%20Senna.pdf. ICMBIO. http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/biomas-brasileiros/cerrado. Acesso em 23 de novembro de 2011.

- Política Nacional sobre Mudança do Clima

A Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) foi instituída pela Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009. Conforme o art. 12 da Lei, para que sejam alcançados os objetivos da PNMC, o País adotará, como compromisso nacional voluntário, ações de mitigação das emissões de gases de efeito estufa, com vistas a reduzir entre 36,1% e 38,9% as emissões brasileiras projetadas para 2020.

A Lei 12.187/2009 foi regulamentada pelo Decreto nº 7.390, de 9 de dezembro de 2010. Para que a meta acima seja atingida, o art. 3º do Decreto estabelece os seguintes planos: Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), **Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado (PPCerrado)**, Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE), Plano para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura e Plano de Redução de Emissões da Siderurgia.

O PPCDAm e o PPCerrado visam promover a prevenção e o controle do desmatamento nesses biomas, tendo em vista que a maior parte das emissões brasileiras devem-se às queimadas e ao desmatamento. Assim, para alcance do compromisso nacional voluntário de que trata a Lei 12.187/2009, serão implantadas ações que almejem reduzir 40% dos índices anuais de desmatamento no Bioma Cerrado, em relação à média verificada entre os anos de 1999 a 2008.

- Zoneamento Ambiental

No âmbito do bioma Cerrado, foi elaborado o zoneamento da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), da bacia do rio Parnaíba e da bacia do rio São Francisco.

Na Ride, foi elaborado o diagnóstico ambiental, na escala de 1:250.000, com recursos do Ministério da Integração e do MMA.

Em relação à bacia do rio São Francisco, o MMA publicou, em 2006, análises produzidas pelo IBGE, relativas à logística do território (usinas e subestações, linhas de transmissão, indústria, serviços), à distribuição da população e à dinâmica demográfica, à diversidade sociocultural (população migrante/não migrante e origem dos migrantes), vegetação natural e distribuição das lavouras, áreas com fruticultura e PIB municipal[6].

[6] MMA/SDS (Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável). Macro zoneamento ecológico-econômico da bacia do rio São Francisco: subsídios ao diagnóstico. Brasília: MMA. 2005.

O Consórcio ZEE Brasil iniciou o zoneamento da bacia do rio Parnaíba, que abrange o Piauí e o Maranhão e inclui a região norte do Cerrado. Foram publicados os mapas de logística do território, cobertura vegetal e produção de soja, diversidade sociocultural e densidade demográfica[7].

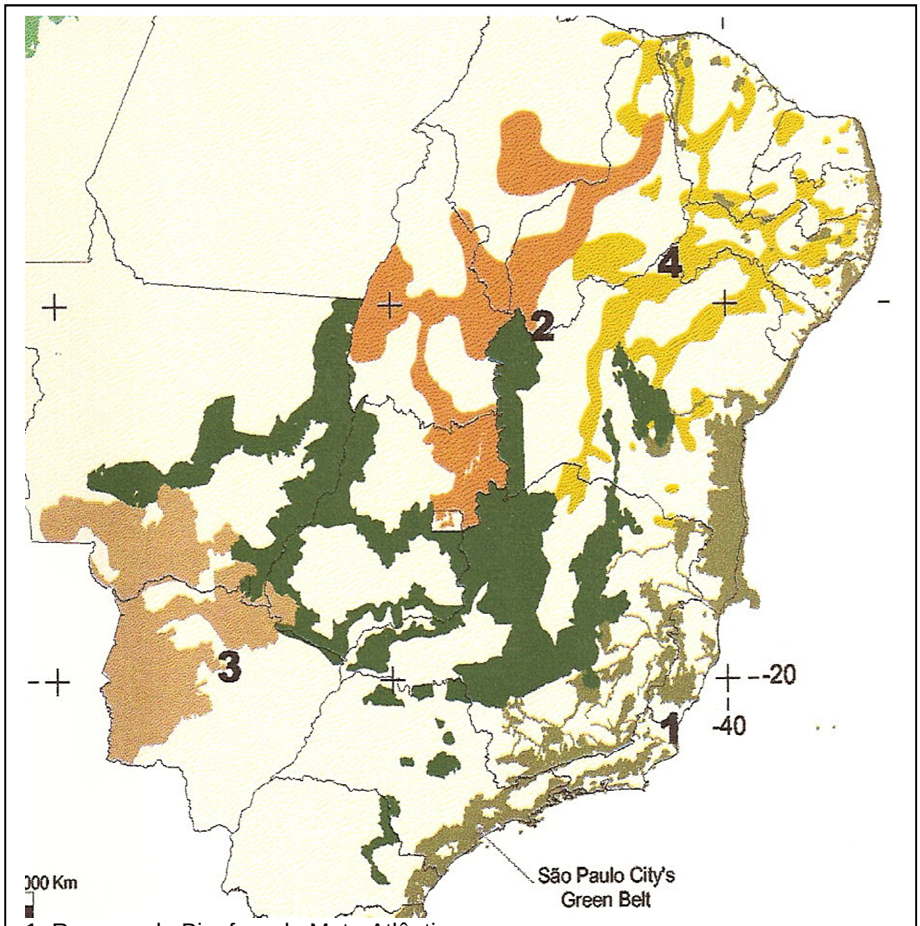
- Reserva da Biosfera do Cerrado

A Reserva da Biosfera do Cerrado (RBC) foi instituída em quatro etapas (Figura 1). A primeira etapa está circunscrita ao território do Distrito Federal. Posteriormente, a RBC foi ampliada, passando a abranger o nordeste de Goiás (Fase II); Tocantins, Maranhão e Piauí (Fase III) e Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Bahia, Minas Gerais, São Paulo e Paraná (Fase IV).

A RBC tem o objetivo de proteger porções do bioma contendo ecossistemas naturais característicos da zona nuclear, isto é, a parte contínua do Cerrado, excluídos os encraves em outros biomas. Abrange, também, áreas de transição, especialmente o rio Araguaia e a Serra do Espinhaço/Chapada Diamantina. A área apresenta atividades compatíveis com a conservação, como polos de ecoturismo e áreas extrativistas, e inúmeras UCs federais e estaduais.

[7] MMA/SDS (Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável). Zoneamento ecológico-econômico da bacia do rio Parnaíba. Um foco nos cerrados do sul do Piauí e Maranhão: subsídios para o diagnóstico. Brasília: MMA. 2005.

Figura 1. Reserva da Biosfera do Cerrado.



1. Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.
2. Reserva da Biosfera do Cerrado Fases I, II e III
   Reserva da Biosfera do Cerrado Fase IV.
4. Reserva da Biosfera do Pantanal.
5. Reserva da Biosfera da Caatinga.

Fonte: Comissão Brasileira para o Programa Man and Biosphere (COBRAMAB). Cerrado Biosphere Reserve. Brasília, Cobramab. 2002. Trabalho não publicado.

3. PROPOSIÇÕES

A Constituição Federal, art. 225, §4º, considerou como patrimônio nacional a Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira. O Cerrado foi excluído desse dispositivo pela Assembleia Nacional Constituinte, o que levou à apresentação, no Congresso Nacional, de seis Propostas de Emenda à Constituição (PEC)[8], visando tornar o Cerrado patrimônio nacional. A PEC nº 115-A/1995, à qual estão apensadas as outras cinco propostas, foi aprovada no âmbito da Comissão Especial, em 2 de agosto de 2006, e aguarda apreciação no Plenário da Câmara dos Deputados. Uma vez aprovada nessa Casa, segue para o Senado Federal.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da análise das políticas públicas em implantação no Cerrado, observa-se que houve avanços, nos últimos anos, com o levantamento da cobertura vegetal e das áreas prioritárias para a conservação e, ainda, com o início do monitoramento da remoção de vegetação nativa no bioma.

Entretanto, ações importantes ainda precisam ser desenvolvidas. No Congresso Nacional, precisa ser aprovada a PEC do Cerrado, que reconhece o bioma como patrimônio nacional. Ela ainda tem um longo caminho a percorrer, com a deliberação no Plenário da Câmara dos Deputados e a tramitação no Senado Federal.

Outras ações importantes referem-se à instituição de uma política de desenvolvimento sustentável no bioma Cerrado, mediante a conservação da biodiversidade, o bom manejo dos solos agrícolas, o aumento da produtividade agropecuária, a recuperação e o aproveitamento das áreas degradadas, a eliminação da produção de carvão vegetal a partir de florestas nativas e o fomento às atividades agroextrativistas sustentáveis e ao uso racional dos recursos hídricos.

Além disso, o bioma requer a expansão da rede de UCs de proteção integral e de uso sustentável, bem como a implantação das unidades criadas e da Reserva da Biosfera do Cerrado; a elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) do Cerrado, visando estabelecer não só um diagnóstico socioambiental da região, mas, sobretudo, a definição de zonas de intervenção que indiquem as áreas desmatadas e subutilizadas onde deveria ocorrer intensificação do uso agropecuário; a elaboração e

[8] São elas: PECs nºs 115/1995; 150/1995; 60/1999; 131/1999, 188/2003 e 100/2003 (Câmara dos Deputados, 2006).

implantação de políticas de bioprospecção e de uso sustentável da biodiversidade do Cerrado; o desenvolvimento do turismo rural e ecológico; e o fomento à conservação da vegetação nativa em terras privadas, por meio dos instrumentos previstos no Código Florestal e da criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN).

Por fim, propõe-se a adoção da taxa de desmatamento zero no bioma e a realização de ampla campanha de valorização do Cerrado, nos meios de comunicação de massa, que promova a difusão de informações sobre a importância do bioma em relação à biodiversidade e aos recursos hídricos.